



Ao receber empresários do DF, Marchezan concordou em negociar a emenda no Planalto

Governo admite voto no DF

Mas desde que o brasiliense não eleja seu governador nem vereadores

O Governo acha muito simpática a idéia de o brasiliense ir às urnas eleger seus próprios representantes. Porém, não vê com bons olhos a possibilidade de cada cidade-satélite ter sua Câmara de Vereadores, muito menos acha conveniente hospedar, na capital do País, um governador eleito pela Oposição. Por tudo isso, entre as propostas de representação política já para o Distrito Federal, a que menos desagradou ao Governo é a do senador Marcondes Gadelha (PDS-PB), estabelecendo três senadores e oito deputados federais. Tudo, entretanto, está condicionado aos entendimentos e negociações entre o Palácio do Planalto e os partidos de Oposição em torno da Emenda Figueiredo.

Foi este, em síntese, o resultado do encontro, ontem, entre o líder do PDS na Câmara, Nelson Marchezan, e um grupo de empresários brasilienses liderado pelo presidente da Associação Comercial do DF, Lindberg Aziz Cury, e pelo presidente do Conselho Pró-representação Política da ACDF, Benedito Domingos. Em data ainda a ser estabelecida, o grupo retornará ao gabinete do deputado para saber a posição do Palácio do Planalto sobre a representação política do DF. Já que Marchezan se comprometeu a coordenar esses entendimentos.

Falando aos jornalistas após

o encontro, Lindberg Aziz Cury disse que Nelson Marchezan mostrou-se, em princípio, simpático à emenda do senador Marcondes Gadelha. Inclusive, chegou a brincar com o grupo de empresários, perturbando: "Como é, são estes os candidatos a deputado e senador?" Logo depois, entretanto, passou a revelar os pontos que não interessam ao Governo, como permitir que o sucessor do governador José Ornellas seja eleito pelo povo e não indicado pelo Presidente.

Conforme Aziz Cury, o líder do PDS deixou claro que o Governo Federal vê com reservas a escolha do governador do DF através do voto, embora isso não conste da proposta apresentada pelo senador Marcondes Gadelha. Mas o presidente da ACDF tem uma explicação:

— O deputado Marchezan acha que um governador eleito pelo voto poderia ser um motivo de conflito com o Governo Federal. Marchezan alertou sobre a inconveniência política de um governador de um partido e o presidente de outro, em plena capital do País. Isso poderia causar problemas à própria comunidade no que se refere, por exemplo, à dotação orçamentária.

A posição de Marchezan, na verdade, se traduz numa frase do experiente deputado Magalhães Pinto sobre o voto no DF: "O Governo Federal jamais ad-

mitiria ser hóspede da Oposição". Tanto que isso é verdade que o Palácio do Planalto, bem como o PDS, não concorda com a criação de Câmaras de Vereadores em cada satélite.

Isso demonstra, segundo a avaliação de Lindberg Aziz Cury, que a subemenda Gadelha encontra mais respaldo dentro do Governo do que qualquer outra proposta que venha a incluir eleições em todos os níveis — embora isto seja um direito do Distrito Federal, pois o seu número de habitantes lhe dá condições de eleger o governador, três senadores, oito deputados federais, 24 estaduais e 21 vereadores por satélite.

Dai Lindberg acreditar, conforme declarou, que a proposta do senador paraibano só não será aprovada se o PDS fechar questão para rejeitá-la. Isto porque, de acordo com o empresário, pelo atual quadro a subemenda conta com o apoio quase total dos partidos oposicionistas e de boa parcela do PDS, o que abriria caminhos para sua aprovação.

Para Lindberg Aziz Cury, o projeto de abertura política do presidente Figueiredo não estará completo se ele sair do governo sem dar ao DF o direito de eleger seus representantes.

— Brasília não pode estar alheia a esse processo de democratização implantado pelo Governo Federal. Há um consenso formado em Brasília, em torno

da representação política e do direito ao voto. A representação política deveria ser implantada como uma medida que deveria merecer por parte do PDS uma concentração de esforços para permitir a mais de 500 mil eleitores, por sinal, os mais politizados do País, o direito de escolher os seus representantes.

Para Lindberg Aziz Cury, não somente o PDS deveria concentrar esforços, mas também a população, inclusive, através de suas entidades de classe, mesmo que estas não concordem inteiramente com a subemenda propondo representação apenas a nível de Congresso.

— Também é verdade que quanto a melhor forma de representação ainda não há uma definição, mas o momento é oportuno para que uma batalha seja vencida. E chegou o momento de Brasília eleger seus representantes.

Estiveram ontem no gabinete do deputado Marchezan, além de Lindberg Aziz Cury e o presidente do Conselho Pró-representação Política da ACDF, Benedito Augusto Domingos, o vice-presidente do Conselho, Francisco Leocádio; o presidente da Associação Comercial de Ceilândia, Rubem Bender; seu vice-presidente, Clarindo Rocha; o presidente da Associação Comercial do Gama, Cicero Miranda; e ainda dois diretores da ACDF, Flávio Reinher e José Rocha Carvalho.